



**FÓRUM REGIONAL DA ASEAN SOBRE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS E O  
DIREITO DO MAR**

**DISCURSO DE BOAS-VINDAS DE SUA EXCELÊNCIA  
KAY RALA XANANA GUSMÃO  
CHEFE DA EQUIPA DE NEGOCIAÇÕES DO CONSELHO PARA A DELIMITAÇÃO  
FINAL DAS FRONTEIRAS MARÍTIMAS E  
REPRESENTANTE ESPECIAL DE TIMOR-LESTE PARA A ECONOMIA AZUL**

**Díli, Timor-Leste  
27 de fevereiro de 2020**

Convidados internacionais  
Membros do Parlamento Nacional  
Membros do Governo  
Titulares dos nossos Órgãos de Soberania  
Representantes do Corpo Diplomático  
Copresidentes  
Ilustres Convidados  
Senhoras e Senhores,

É um grande prazer dar-vos as boas-vindas a Timor-Leste para esta importante Sessão do Fórum Regional da ASEAN sobre Resolução de Disputas e sobre o Direito do Mar.

Gostaria de começar por agradecer aos nossos convidados internacionais por estarem aqui hoje. Vejo muitos amigos de longa data de Timor-Leste, bem como outros que nos visitam hoje pela primeira vez. Estou certo que todos vão desfrutar desta visita ao nosso país.

Quero também agradecer aos restantes copresidentes deste Fórum, a Malásia e a Austrália, por terem organizado este evento com Timor-Leste. O trabalho dos copresidentes reflete o seu empenho para com a resolução de disputas e o direito internacional.

É muito gratificante ver tantos países representados aqui hoje. Isto demonstra a força da ASEAN e da sua promoção da paz e da cooperação a nível regional e global.

Temos também a sorte de receber tantos peritos em resolução de disputas e no direito do mar, incluindo advogados, peritos jurídicos e técnicos, diplomatas e académicos. Estamos ansiosos por ouvir todos vós e por aprender com as vossas experiências.

É com satisfação que dou as boas-vindas aos representantes dos nossos dois vizinhos marítimos – a Indonésia e a Austrália. Pela Indonésia, temos o Senhor Damos Agusman, Diretor-Geral dos Assuntos Jurídicos e Tratados Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Indonésia e minha contraparte nas conversações sobre as nossas fronteiras marítimas. Pela Austrália, temos o Embaixador Gary Quinlan, que foi o Agente da Austrália na conciliação obrigatória com Timor-Leste, e que poderá partilhar a sua perspectiva sobre o processo.

Senhoras e senhores,

Na ausência de S. Exa. o Juiz Koroma, que deveria fazer o discurso de abertura, permitam-me falar no seu lugar. Embora não possua os conhecimentos jurídicos e a experiência do Juiz Koroma, posso apresentar humildemente a nossa perspetiva do ponto de vista de um leigo.

A governação dos oceanos coloca algumas das questões mais prementes deste século a nível de segurança, economia e ambiente.

Os oceanos são vitais para a nossa sobrevivência. Albergam até 80 por cento de toda a vida no planeta, são essenciais para o combate às alterações climáticas, contêm uma biodiversidade incrível e produzem alimentos, emprego e recursos energéticos essenciais para muitas nações.

Uma governação efetiva dos oceanos através do direito do mar é essencial para a proteção do nosso futuro e para a promoção da paz e da segurança globais. Isto inclui a resolução de disputas marítimas passíveis de criar tensões geopolíticas – dividindo países e povos em vez de os aproximar.

A nível global, existem cerca de 400 disputas por resolver relacionadas com fronteiras marítimas. Estas disputas geram conflitos e instabilidade. Na nossa região sabemos, por experiência própria, o desconforto e a desconfiança causados pelas disputas sobre fronteiras marítimas.

Também a longa disputa entre Timor-Leste e a Austrália prejudicou a cooperação marítima e o desenvolvimento económico entre estes países. Ao longo deste Fórum de dois dias iremos discutir esta questão de forma mais detalhada, contudo permitam-me dar, desde já, algum contexto sobre a situação timorense.

Embora sejamos uma pequena nação insular, temos uma grande história para contar. O nosso povo saiu de uma situação de conflito e de fragilidade para criar alicerces sólidos com vista ao desenvolvimento nacional, o qual é desde 2011 guiado pelo nosso *Plano Estratégico de Desenvolvimento a 20 anos*.

Construímos um país resiliente. Construímos uma sociedade segura, tolerante e aberta, com meios de comunicação livres. Temos vindo a trabalhar com afinco para consolidar o nosso Estado e construir instituições eficazes.

Esta não tem sido uma tarefa fácil ou simples para os timorenses. Pelo contrário, tem exigido muito esforço e muitos sacrifícios. Somos um Estado frágil, e como tal tivemos tropeções ao longo do caminho. Ainda assim, nunca perdemos de vista o nosso sonho de sermos uma nação independente e soberana.

Uma parte importante deste sonho passa por alcançarmos a soberania sobre as nossas terras e os nossos mares.

Enquanto nação marítima, as nossas águas são estruturantes para o nosso modo de vida. Os mares têm para nós uma importância espiritual.

Segundo a lenda, os timorenses são os netos do crocodilo. Ao morrer, o seu corpo tornou-se a terra de Timor, as cristas da sua carapaça tornaram-se as montanhas e os vales, e o oceano tornou-se o seu lugar de repouso final.

Muitos timorenses dependem do oceano para a sua subsistência e modo de vida. O nosso futuro económico será sustentado pelo desenvolvimento de uma economia azul e de uma indústria petrolífera, assente nas reservas de petróleo e gás sob o nosso leito marinho.

Precisamos ser os donos dos nossos mares e da nossa terra para podermos concretizar o nosso sonho de soberania política e económica e para podermos realizar todo o nosso potencial nacional.

É por isto que a delimitação permanente das nossas fronteiras marítimas assume tanta importância para nós; e que a nossa disputa com a Austrália foi tão significativa. Desde a nossa independência, em 2002, a Austrália tinha-se recusado a acordar fronteiras marítimas consoantes com o direito internacional. Este facto obrigou-nos a procurar uma solução na constituição dos mares, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Timor-Leste foi sempre um forte apoiante da ordem assente em regras e do sistema internacional criado pela comunidade de nações para fazer valer essa ordem.

Durante a nossa luta pela independência apelámos ao direito internacional para libertar o nosso povo. Na nossa luta pela soberania marítima recorreremos novamente ao direito internacional para conseguir um resultado justo para o nosso país.

Ao abrigo da CNUDM, bem como do direito consuetudinário internacional, todos os países têm a obrigação de negociar fronteiras marítimas definitivas com os seus vizinhos.

Conforme sabem, a CNUDM oferece vias para a resolução de disputas. Caso não seja possível negociar e chegar-se a um acordo, existe a possibilidade de a disputa ser submetida à apreciação de um tribunal internacional ou para outro órgão sob a égide da CNUDM.

Os órgãos vinculativos de resolução de disputas sob a CNUDM incluem o Tribunal

Internacional de Justiça, o Tribunal Internacional do Direito do Mar e outros tribunais arbitrais.

Estávamos, contudo, numa situação complicada, uma vez que na véspera da nossa independência a Austrália se retirou da jurisdição dos órgãos vinculativos de resolução de disputas.

Felizmente, a CNUDM oferecia igualmente uma via alternativa que nunca antes tinha sido utilizada – a conciliação obrigatória. Esta opção consiste na formação de um painel independente de peritos que procura juntar as partes à mesa das negociações para se chegar a um acordo.

Este mecanismo foi concebido para assegurar que nenhuma disputa sobre fronteiras marítimas fica por resolver, em prol da paz e da segurança internacionais.

Esta foi a opção que Timor-Leste seguiu para definir as nossas fronteiras marítimas com a Austrália. Fomos o primeiro país no mundo inteiro a iniciar um processo de conciliação obrigatória.

A 13 de abril de 2016 entreguei pessoalmente uma cópia do aviso de início do processo de conciliação obrigatória ao então Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon, em Nova Iorque.

O processo envolveu um painel independente de conciliadores, conhecido por comissão de conciliação, que trabalhou com as partes na procura de um acordo.

Na ausência de um acordo no final do processo, as partes na conciliação deveriam negociar, em boa-fé, com base num relatório da comissão de conciliação entregue ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

A conciliação foi difícil e intensa, com Timor-Leste e a Austrália a baterem-se arduamente na defesa dos seus interesses nacionais.

Após diversas rondas de negociações, sob a orientação da comissão de conciliação, houve fumo branco a 30 de agosto de 2017 – exatamente 18 anos após o povo de Timor-Leste ter votado pela sua independência. Obtivemos um acordo com a Austrália relativamente a fronteiras marítimas consistentes com o direito internacional.

A história da conciliação obrigatória é contada no livro intitulado *Novas Fronteiras: Conciliação Histórica de Timor-Leste sobre as Fronteiras Marítimas no Mar de Timor*. Aliás, todos devem ter recebido uma cópia deste livro à entrada para esta sessão.

Para Timor-Leste, o estabelecimento das fronteiras marítimas definitivas com a Austrália constitui um dos últimos passos na nossa jornada rumo à soberania plena.

É igualmente um testemunho da determinação do nosso povo, que arriscou ao testar um procedimento nunca antes utilizado.

As fronteiras marítimas com a Austrália encheram o nosso jovem país de orgulho e deram-nos a possibilidade de concretizar o potencial dos nossos mares.

Acredito, também, que o sucesso da conciliação obrigatória pode servir como exemplo para outros países em situações semelhantes.

A conciliação da CNUDM mostra o que se pode conseguir com o sistema internacional e a ordem assente em regras, numa altura em que estes estão ameaçados. No mundo cada vez mais desordeiro em que vivemos, o direito internacional oferece bases para a paz e o desenvolvimento.

É por esta razão que este Fórum é tão importante – reúne pessoas que defendem o sistema internacional e que compreendem a importância do direito do mar.

Ainda que Timor-Leste seja um país pequeno, queremos fazer o que estiver ao nosso alcance para apoiar a resolução de disputas, incluindo disputas em torno de fronteiras marítimas que ameaçam a paz e a cooperação a nível global.

Teríamos todo o gosto em partilhar as nossas experiências e as lições que aprendemos com outras nações em posição semelhante à nossa. Encaro este Fórum como parte desse compromisso e estou ansioso por discutir as nossas experiências com todos vós.

Senhoras e senhores,

Fico satisfeito por saber que este Fórum irá também abordar a resolução de disputas relativas a pescas e ao ambiente. Mais de três mil milhões de pessoas, incluindo muitos timorenses, dependem para a sua subsistência da biodiversidade marinha e costeira.

Contudo os nossos oceanos estão a ser explorados de forma excessiva e estão cada vez mais poluídos, incluindo com demasiado plástico. A forma como gerimos os nossos oceanos e os seus recursos é vital para o nosso futuro e para a resposta aos efeitos das alterações climáticas.

Em 2012 prometi ao então Presidente do Kiribati, Anote Tong, que iria levantar a questão das alterações climáticas em todos os fóruns globais em que participasse. A própria existência do Kiribati estava – e continua a estar – em risco.

Tal como o meu querido amigo, o Secretário-Geral da ONU Eng.º António Guterres, afirmou este ano na Reunião do Fórum Económico Global, em Davos, “o planeta não será destruído, o que será destruído será a capacidade de os humanos viverem no planeta. Isto é para nós uma indicação clara de que precisamos absolutamente de mudar de rumo”.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 – Conservação e uso sustentável dos oceanos e dos recursos marinhos – é vital para a humanidade. Apela à conservação e ao uso sustentável dos recursos oceânicos através do direito internacional. Faço votos de que tenhamos discussões produtivas neste Fórum sobre a importância do direito do mar na resolução de disputas sobre pescas e o ambiente.

À semelhança de muitos outros países, a proteção do ambiente marinho é essencial para o desenvolvimento sustentável de Timor-Leste.

Timor-Leste é membro do Triângulo Coral, trabalhando com os seus vizinhos para proteger este ecossistema especial e as 3.000 espécies que ele alberga. Nos nossos mares a norte, os Estreitos de Ombai e de Wetar, são uma das principais rotas migratórias para várias espécies de baleias – incluindo a incrível baleia azul – assim como para a baleia jubarte e o cachalote.

Para lá disto, um estudo recente da USAID concluiu que os recifes de coral na ilha de Ataúro contêm a maior biodiversidade no mundo inteiro.

Em junho deste ano irei participar na Conferência da ONU sobre os Oceanos, em Lisboa. Esta constituirá uma oportunidade para apresentar a visão de Timor-Leste relativamente à economia azul e os passos que o país dará para concretizar o ODS14.

Isto incluirá o alargamento das nossas áreas marinhas protegidas, a conservação dos nossos recifes de coral, a proteção dos nossos mangais, a provisão de pescas sustentáveis e a criação de um Centro de Educação Marinha para que os nossos jovens se tornem parte da Geração Azul. Ao implementar estas iniciativas iremos assegurar que protegemos os nossos pescadores artesanais, que dependem dos oceanos para sustentar as suas famílias e as suas comunidades.

Senhoras e senhores,

Antes de concluir, permitam-me dizer algumas palavras breves sobre a importância da ASEAN.

O Sudeste Asiático tem uma história difícil de colonialismo e conflito; enfrentou desafios consideráveis a nível de desenvolvimento e conta com grande diversidade de culturas, religiões e idiomas.

Apesar destes desafios, tem vindo a emergir com sucesso como uma região pujante e dinâmica e como uma potência económica global. É importante referir que o Sudeste Asiático tem vindo a trabalhar de forma cooperante e solidária, com um sentimento de identidade e futuro partilhados. Este tem sido o grande sucesso da ASEAN.

Tratando-se da única nação no Sudeste Asiático que não pertence à ASEAN, Timor-Leste procura aderir a esta importante organização. A ASEAN é parte do tecido da nossa região, pelo que os timorenses querem tornar-se um membro ativo e produtivo desta comunidade.

Estou bastante satisfeito pelo facto de Timor-Leste ter a oportunidade de organizar esta sessão do Fórum Regional da ASEAN. Estou certo de que será um exercício valioso para a discussão das várias vias para resolução de disputas sob o direito internacional, para a consideração de questões emergentes a nível de resolução de disputas e para o apoio à ordem global assente em regras.

Desejo a todos uma estadia produtiva e agradável no nosso país e espero ter a oportunidade de falar convosco durante a sessão.

Muito obrigado.